



Prova Objetiva – Nível Superior

# AGENTE DE FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE - ENGENHARIA CIVIL

Tipo 2 – VERDE



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **4:30 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas



## Conhecimentos Gerais

Texto 1 – Alterar o ECA depende da situação carcerária  
(*O Globo*, Opinião, 23/06/2015)

Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc. Um levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público mostra que, em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis; conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades e, em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual.

Assim como os presídios, os centros não regeneram. Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade. Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, aí incluída a melhoria das condições das unidades socioeducativas para os menores de idade. Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade.

O raciocínio segundo o qual as más condições dos presídios desaconselham a redução da maioridade penal consagra, mais do que uma impropriedade, uma hipocrisia. Parte de um princípio correto – a necessidade de melhorar o sistema penitenciário do país, uma unanimidade – para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções. Falso. A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes. A hipocrisia está em obscurecer que, se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de “proteção” ao menor consagrada no Estatuto da Criança e do Adolescente também os tem. E numa dimensão que implica dar anteparo a jovens envolvidos em atos violentos, não raro crimes hediondos, cientes do que estão fazendo e de que, graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam.

Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse. As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes são questões distintas, e pedem, cada uma em seu âmbito específico, soluções apropriadas. No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da imputabilidade, sem prejuízo de melhorar o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA. Uma ação não invalida a outra. Na verdade, as duas são necessárias e imprescindíveis.

### 1

Na progressão do texto 1 há uma série de segmentos em que a relação entre a situação de menores infratores e a de prisioneiros adultos é estabelecida; o segmento em que essa relação está ausente é:

- (A) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”;
- (C) “...em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis;”
- (D) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade”;
- (E) “A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos ou internos são indistintamente inexistentes”.

### 2

“Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc.”.

Nesse segmento do primeiro parágrafo do texto 1, o emprego da forma ETC. indica que:

- (A) a enumeração inclui todas as mazelas dos presídios;
- (B) além das falhas graves nos procedimentos de reinclusão social há outras falhas graves em outros procedimentos que foram esquecidas;
- (C) mazelas de menor importância não foram citadas;
- (D) problemas de maior relevância não foram citados por não ser esse o melhor momento para fazê-lo;
- (E) a lista de elementos citados não inclui a totalidade das mazelas dos presídios para adultos.

### 3

Na estruturação do texto 1, a função do primeiro parágrafo é:

- (A) mostrar que a situação dos centros de internação de menores é caótica e que, por isso mesmo, não podem receber mais delinquentes;
- (B) indicar uma crítica ao sistema penitenciário que antecipa a rejeição da redução da maioridade penal;
- (C) denunciar falhas na rede de instituições do ECA, idênticas às dos adultos, a fim de que se negue força ao argumento de que a situação carcerária desaconselharia a redução da maioridade penal;
- (D) apoiar a ideia de que a redução da maioridade penal não deve fazer com que menores delinquentes sejam internados junto a adultos;
- (E) criticar o desprezo das autoridades diante de problemas carcerários que afetam tanto os menores quanto os adultos.

**4**

No texto 1 há um grupo de vocábulos com sentido negativo produzido pela presença do prefixo IM/IN/I; a opção em que esse prefixo apresenta esse sentido nos dois vocábulos é:

- (A) inadiáveis / internação;
- (B) infratores / instituições;
- (C) impropriedade / indistintamente;
- (D) inexistentes / implicar;
- (E) iniciativas / inimputabilidade.

**5**

“...seria contraproducente enviar jovens delinquentes a presídios”; se desenvolvermos a oração reduzida desse segmento do texto 1, a forma adequada seria:

- (A) que se enviasse jovens delinquentes a presídios;
- (B) que se enviem jovens delinquentes a presídios;
- (C) que se enviassem jovens delinquentes a presídios;
- (D) que enviemos jovens delinquentes a presídios;
- (E) que se envie jovens delinquentes a presídios.

**6**

A substituição do termo destacado por um adjetivo é INADEQUADA em:

- (A) “internação de menores” / internação juvenil;
- (B) “peças de ficção” / peças fictícias;
- (C) “mundo da criminalidade” / mundo criminal;
- (D) “adequação da legislação” / adequação legislativa;
- (E) “condições dos presídios” / condições presidiárias.

**7**

“Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos”; a frase abaixo em que se repete o mesmo sentido do vocábulo sublinhado é:

- (A) Os menores têm mesmo que pagar por seus crimes.
- (B) Os crimes são punidos pela mesma lei de antigamente.
- (C) É mesmo verdade que as leis irão mudar?
- (D) Os dois presídios têm as mesmas condições.
- (E) As celas são abertas pela mesma chave.

**8**

O texto entre aspas que exemplifica adequadamente o problema dos presídios destacados no primeiro parágrafo do texto 1 é:

- (A) Superpopulação – “Os presos são divididos em vários grupos e cada grupo só tem direito a banho de sol de quinze minutos”.
- (B) Maus-tratos - “Os presos são obrigados a permanecer em fila durante a revista diária e, só após o toque da sirene, podem ir para as celas”.
- (C) Desprezo por ações de educação – “Os prisioneiros fazem as refeições em conjunto e nem sempre as normas de polidez à mesa são seguidas”.
- (D) Conservação e higiene são peças de ficção – “Ao serem libertados, os prisioneiros sofrem preconceitos quando se apresentam para empregos”.
- (E) Leniência com iniciativas que visem à correição – “Os presos que se rebelam por algum motivo são levados para as solitárias, onde ficam às vezes por vários dias”.

**9**

Ao citar o levantamento feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o autor do texto 1 tem a finalidade argumentativa de:

- (A) demonstrar a atualidade das informações prestadas;
- (B) indicar a seriedade do tema tratado;
- (C) valorizar a precisão da informação dada;
- (D) mostrar a polêmica motivada pelo tema;
- (E) criticar a incúria das autoridades.

**10**

Nos pares abaixo, o adjetivo que NÃO pode ser classificado entre os adjetivos de relação é:

- (A) maioria penal;
- (B) violência sexual;
- (C) reforma geral;
- (D) más condições;
- (E) sistema penitenciário.

**11**

O segmento do texto 1 em que a conjunção E une termos que, no contexto, podem ser vistos como redundantes é:

- (A) “conservação e higiene são peças de ficção”;
- (B) “melhorar as condições de detentos e internos”;
- (C) “o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA”;
- (D) “Preservar o paternalismo e a esquizofrenia”;
- (E) “Estatuto da Criança e do Adolescente”.

**12**

“Assim como os presídios, os centros não regeneram”; a forma de reescrever-se esse período do texto 1 que mostra uma possibilidade de mudança de sentido é:

- (A) os centros não regeneram, assim como os presídios;
- (B) os centros, assim como os presídios, não regeneram;
- (C) os presídios, tais quais os centros, não regeneram;
- (D) os centros não regeneram tanto quanto os presídios;
- (E) tanto os presídios quanto os centros não regeneram.

**13**

A seção de jornal de onde foi retirado o texto denomina-se *Opinião*; no caso do texto 1, a opinião que é estruturalmente a mais importante é a de que:

- (A) não se pode aceitar o argumento, contrário à redução da maioria penal, de que a situação carcerária impede essa redução;
- (B) é urgente em todo o país a melhora do sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA;
- (C) nas unidades de internação ocorre um aprendizado do crime pelos que são réus primários;
- (D) o ECA é um estatuto superado, pois desconhece os próprios problemas, protegendo os menores de forma paternalista e esquizofrênica;
- (E) é inadiável a obtenção de soluções apropriadas para a violência de jovens delinquentes, que só pode ser obtida pela redução da maioria penal.

**14**

Em algumas passagens do texto 1 o autor emprega construções com voz passiva, o que traz a vantagem de omitir-se o agente da ação; a frase abaixo que NÃO exemplifica essa estratégia, por não estar na voz passiva, é:

- (A) “...graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam”;
- (B) “...em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual”;
- (C) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (D) “A realidade mostra que as ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes”;
- (E) “Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária...”.

**15**

O segmento do texto 1 em que está ausente uma estrutura de base comparativa é:

- (A) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”;
- (B) “As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes...”;
- (C) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos”;
- (D) “...legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade”;
- (E) “...se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de proteção ao menos consagrada no ECA também os tem”.

**16**

“Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, aí incluída a melhoria das condições socioeducativas para os menores de idade”.

A afirmação correta sobre o termo “aí” é:

- (A) indica o local da reforma geral onde deve ser incluída a melhoria pretendida;
- (B) refere-se ao termo “reforma geral da política penitenciária”, de forma a retomá-lo na frase seguinte;
- (C) é um termo anafórico, substituindo o termo “questão”, citado anteriormente no mesmo segmento;
- (D) funciona como um conectivo de forma coloquial, correspondendo à conjunção aditiva E;
- (E) mostra uma indicação de tempo, referindo-se ao momento da produção da reforma geral.

**17**

A passagem do texto 1 em que o termo sublinhado tem uma forma equivalente corretamente indicada é:

- (A) “Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação...” / no entretanto;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”. / Desse modo;
- (C) “...reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos:...” / em relação a;
- (D) “...superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, ...” / em função de;
- (E) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos...” / na verdade.

**18**

“...que seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções”.

Nesse segmento do texto 1, a forma sublinhada indica:

- (A) uma reafirmação de algo dito anteriormente;
- (B) uma retificação de erro cometido pelo autor;
- (C) uma observação enfática sobre um ponto argumentativo;
- (D) uma oposição a outra opinião contrária;
- (E) uma ironia sobre declarações do ECA.

**19**

A linguagem empregada no texto 1 exemplifica tanto a linguagem lógica como a linguagem figurada; o segmento em que ocorrem somente casos de linguagem lógica é:

- (A) “...não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual”;
- (B) “...locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade”;
- (C) “Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse”;
- (D) “No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da inimputabilidade...”;
- (E) “...conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades...”.

**20**

Diante do leitor, a voz do autor do texto 1 é:

- (A) autoritária, pois mostra suas opiniões como certezas;
- (B) politicamente aliciadora, pois tenta convencer por meio de falácias argumentativas;
- (C) intimidadora, pois desconsidera intelectualmente os que participam de sua opinião;
- (D) sedutora, pois tenta manipular argumentos para que os leitores possam ficar convencidos;
- (E) pouco efetiva, pois o texto carece de conclusão que indique solução para o problema levantado.

**21**

Considerando o conjunto do texto 1, o título “Alterar o ECA independente da situação carcerária” representa:

- (A) uma opinião que se choca com a do autor do texto;
- (B) um argumento favorável à redução da maioria penal;
- (C) um contra-argumento que é explicitado no corpo do texto;
- (D) uma tese apoiada em argumentos de autoridade;
- (E) um argumento que se apoia na intimidação do leitor.

**22**

O autor do texto fala do paternalismo e da esquizofrenia do ECA; no texto 1, o termo sublinhado se refere a(à):

- (A) distúrbios mentais graves;
- (B) dissociação das funções psíquicas;
- (C) perda de contato com a realidade;
- (D) problemas de afetividade;
- (E) hipocondria e regressão.

**23**

“Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse”.

A afirmativa correta sobre um dos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) o adjetivo “falso” indica uma opinião do autor;
- (B) a conjunção E está unindo dois termos sinônimos;
- (C) a forma verbal “equivale” deveria ser substituída por “equivalem”;
- (D) o adjetivo “paralisado” está no masculino porque concorda com “autor”;
- (E) a forma “do”, antes de ECA, deveria perder o artigo, já que uma sigla não tem gênero.

**24**

No texto 1, há duas oportunidades em que o autor empregou dois pontos(:):

1 – “...as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação...”;

2 – “...para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes...”.

Sobre essas duas ocorrências desses sinais de pontuação, a afirmação correta é:

- (A) as duas ocorrências precedem enumerações;
- (B) as duas ocorrências introduzem exemplificações;
- (C) as duas ocorrências mostram explicações;
- (D) só a primeira ocorrência introduz uma explicação;
- (E) só a segunda ocorrência prepara uma explicação.

## Conhecimentos Específicos

**25**

Na análise de custo-efetividade de um projeto é necessário levar em consideração aspectos econômicos e financeiros, principalmente para a construção de indicadores de desempenho que podem ser de insumo, de processo, de produto e de impacto. Nesse sentido, pode ser considerado um indicador de impacto aquele no qual, em um projeto de:

- (A) formação profissional, avalia a variação na renda dos participantes após o curso em relação ao custo da capacitação;
- (B) arte-educação, indica a relação entre o número de oficinas realizadas pelo número de inscritos;
- (C) saúde materna, mede a relação entre o número de gestantes atendidas e o número de gestantes da região;
- (D) nutrição, aponta a disponibilidade de alimentos por pessoa atendida;
- (E) segurança, considera a quantidade de projetos de unidades prisionais aprovados.

**26**

Na formulação de programas e projetos públicos pode-se utilizar a técnica do Planejamento Estratégico Situacional (PES) que envolve a realização de um conjunto de atividades, organizadas em “momentos” ao invés de em “etapas rígidas”.

Em um desses “momentos” são desenvolvidos temas vitais, como a estrutura organizacional, o fluxo interno de informações, a coordenação do plano, do sistema de prestação de contas, as ferramentas gerenciais necessárias e a dinâmica da participação democrática na implantação do plano.

Esse “momento” do PES é conhecido como:

- (A) avaliativo;
- (B) explicativo;
- (C) normativo;
- (D) estratégico;
- (E) tático-operacional.

**27**

Em avaliação de programas e projetos é muito comum, na área pública, a ausência de um sistema estruturado de monitoramento e avaliação (M&A).

Essa ausência é um risco porque:

- (A) projetos diferentes de um mesmo governo perdem a comparabilidade;
- (B) favorece a construção do desenho teórico do projeto desde o início;
- (C) gera a melhoria de projetos com base em desempenho;
- (D) cria mecanismos de difusão e envolvimento com o projeto;
- (E) permite um sistema de transparência para prestação de contas.

**28**

Na determinação da extensão dos testes de auditoria, em geral, o auditor emprega técnicas de amostragem, porém essas apresentam alguns riscos. Acerca dos riscos de amostragem, avalie as afirmativas a seguir.

I) O nível do risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar dos resultados afeta o tamanho da amostra.

II) O auditor está sujeito aos riscos de amostragem tanto nos testes substantivos quanto nos testes de observância.

III) Os riscos de superavaliação de confiabilidade e o risco de aceitação incorreta afetam a eficiência da auditoria, pois em geral conduzem o auditor a realizar trabalhos adicionais.

IV) Os riscos de subavaliação da confiabilidade e o risco de rejeição incorreta afetam a eficácia da auditoria e têm mais probabilidade de conduzir a uma conclusão errônea.

É correto o que se afirma em:

- (A) somente I e II;
- (B) somente II e III;
- (C) somente III e IV;
- (D) somente I, II e IV;
- (E) I, II, III e IV.

**29**

Ao elaborar um contrato com uma empresa de auditoria independente, a entidade que seria auditada pela primeira vez incluiu no contrato uma cláusula acerca do trabalho a ser feito. A cláusula mencionava que, após o trabalho, o parecer deveria assegurar de forma incontestável que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro. Essa cláusula é considerada inadequada em decorrência do(a):

- (A) limitação do escopo da auditoria;
- (B) limitação inerente à auditoria;
- (C) risco de distorção relevante;
- (D) risco de controle;
- (E) risco inerente.

**30**

De acordo com a NBC TA que trata da estrutura conceitual para trabalhos de asseguarção, nesses trabalhos o auditor independente expressa uma conclusão com a finalidade de aumentar o grau de confiança dos outros usuários previstos acerca do resultado de avaliações ou mensurações efetuadas. O trabalho de asseguarção requer a consideração de alguns elementos. Das opções a seguir, a que NÃO constitui um dos elementos do trabalho de asseguarção é:

- (A) critérios adequados;
- (B) evidências apropriadas e suficientes;
- (C) objeto apropriado;
- (D) relatório de asseguarção escrito na forma apropriada;
- (E) relacionamento entre, pelo menos, duas partes (contratante e auditor).

**31**

Uma determinada entidade está sendo investigada após denúncias de envolvimento de funcionários em esquemas de corrupção e desvios de verbas. Com isso, o conselho de administração da entidade solicitou uma auditoria para determinar se as atividades financeiras e operacionais do segmento de distribuição estão obedecendo às regras que lhe são aplicáveis.

Esse tipo de auditoria solicitada pelo conselho de administração da entidade é denominado auditoria:

- (A) contábil;
- (B) de gestão;
- (C) de processos;
- (D) especial;
- (E) operacional.

**32**

Uma determinada firma de auditoria iniciou os trabalhos em uma entidade, a partir de um contrato que prevê execução de auditoria por cinco anos. Um dos auditores, ao executar o trabalho de auditoria inicial nessa entidade, atestou argumentos apresentados pela empresa auditada de tal forma a indicar comprometimento da objetividade do seu trabalho.

O posicionamento do auditor constitui ameaça à independência em decorrência de:

- (A) autorrevisão do trabalho;
- (B) defesa de interesse do cliente;
- (C) familiaridade;
- (D) intimidação profissional;
- (E) interesse próprio.

**33**

O contador está envolvido em um esquema de desfalques no caixa da empresa em que trabalha. A empresa mantém contas nos bancos X e Y. Com o objetivo de encobrir falta de dinheiro na conta do banco X, o contador deposita em 31/12 a quantia que faltava nessa conta, por meio de cheque da conta do banco Y. Porém, o cheque só foi registrado como desembolso na conta do banco Y em janeiro do ano seguinte. Na reconciliação bancária a falta de dinheiro no caixa é temporariamente ocultada em decorrência do tempo de compensação do cheque. Nos trabalhos de auditoria, esse tipo de desfalque é denominado:

- (A) desfalque encoberto;
- (B) desfalque sistêmico;
- (C) encaixe;
- (D) *kiting*;
- (E) *lapping*.

**34**

Uma empresa realizou e registrou as seguintes atividades, durante o exercício de 2014:

• Recebimento pela prestação de serviços, à vista;	\$ 300.000
• Recebimento de empréstimos obtidos, via emissão de debêntures de longo prazo;	\$ 75.000
• Pagamento à vista de fornecedores, referente ao suprimento de matérias-primas;	\$ 25.000
• Recebimento de equipamentos de informática em doação;	\$ 5.000
• Pagamento, no ato da compra, pela aquisição de terreno para construção da nova sede da empresa;	\$ 200.000
• Recebimento de dividendos pela participação acionária em outra empresa;	\$ 1.500
• Pagamento de bem do imobilizado, adquirido a prazo;	\$ 2.500
• Recebimento de rendimentos de aplicações financeiras, que geraram ativos classificados como equivalentes de caixa;	\$ 2.000
• Pagamento de juros sobre o capital próprio;	\$ 1.300
• Aquisição de veículo, via contrato de alienação fiduciária;	\$ 40.000
• Pagamento de duas parcelas do principal do empréstimo, obtido em exercício anterior;	\$ 7.500
• Pagamento de imposto municipal sobre os serviços prestados pela empresa.	\$ 15.000

Ao final do exercício de 2014, a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método direto, da empresa evidenciou como efeito das transações ocorridas no exercício:

- (A) um resultado positivo das atividades de financiamento, no valor de R\$63.700;  
 (B) um resultado positivo das atividades operacionais, no valor de R\$260.000;  
 (C) um resultado negativo das atividades de investimento, no valor de R\$193.500;  
 (D) uma geração líquida de caixa positiva, no valor de R\$132.200;  
 (E) uma geração líquida de caixa negativa, no valor de R\$87.200.

**35**

Uma empresa industrial realizou vendas no período de 1.000 itens do seu estoque, por R\$180,00 cada um, para pagamento em 30 dias. Ao cliente foi concedido um desconto de 1,5%, na nota fiscal e o frete, no valor de R\$2.250,00, é de responsabilidade da empresa.

Dados adicionais:

- o cliente terá um desconto de R\$1.800,00 no pagamento dentro do prazo;
- o custo de cada produto vendido é de R\$90,00;
- no mesmo período foram registrados: salários dos vendedores no valor de R\$4.200,00, outras despesas no valor de R\$1.350,00;
- ICMS no valor de R\$34.200;
- IPI no valor R\$9.000,00;
- PIS no valor de R\$1.170,00;
- COFINS no valor de R\$5.400,00.

Com base nas informações anteriores e nos dados acima, é possível determinar que a receita líquida é:

- (A) R\$46.530;  
 (B) R\$129.680;  
 (C) R\$136.530;  
 (D) R\$138.680;  
 (E) R\$139.230.

**36**

## Quadro I

Os dados a seguir foram obtidos junto ao Sistema de Contabilidade em um município do Estado de São Paulo, relativo a um determinado exercício e estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valor
Superávit financeiro do exercício anterior	16.300,00
Excesso de arrecadação	28.500,00
Créditos adicionais especiais reabertos no exercício	5.400,00
Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício	11.200,00
Créditos adicionais suplementares abertos no exercício	9.100,00
Operações de crédito por antecipação da receita	7.800,00
Recursos de dotações para anulação	9.500,00
Recursos de convênios não vinculados não previstos na LOA	7.000,00
Recursos de reserva de contingência	12.000,00
Recursos decorrentes de vetos na LOA	4.900,00

O objetivo da solicitação das informações do Quadro I foi verificar recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais. Considerando as disposições legais e os dados apresentados, o montante disponível é:

- (A) 86.000,00;  
 (B) 78.500,00;  
 (C) 78.200,00;  
 (D) 69.400,00;  
 (E) 61.600,00.



**37**

Uma descrição típica para uma Lei Orçamentária Anual do município de São Paulo seria: “Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício financeiro de \_\_\_\_ e dá outras providências”. Uma providência que pode ser dada na LOA sem ferir o princípio da exclusividade é:

- (A) autorização para contratação de operações de créditos;
- (B) definição de critérios e forma de limitação de empenho;
- (C) definição sobre forma de utilização da reserva de contingência;
- (D) estimativa e compensação da renúncia de receita;
- (E) estabelecimento de limite para abertura de créditos adicionais especiais.

**38**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias está prevista na Constituição Federal e deve ser elaborada a partir das definições do PPA e também orientar a elaboração da LOA. Acerca da LDO, é correto afirmar que:

- (A) as metas de apuração da receita corrente líquida serão definidas na LDO;
- (B) a realização de audiências públicas para discussão da LDO é facultativa;
- (C) a LDO deverá conter demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrentes de isenções e anistias;
- (D) a LDO elaborada no primeiro ano de mandato não é baseada em PPA previamente aprovado;
- (E) um dos conteúdos da LDO é a definição das políticas de aplicação das agências financeiras de investimento.

**39**

O Plano Plurianual (PPA) é considerado uma inovação na Constituição Federal de 1988 em termos de orçamento, que estabeleceu seus objetivos e conteúdos. Acerca do PPA, avalie as afirmativas a seguir.

- I) O PPA deve estabelecer metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- II) No PPA federal, como programas de duração continuada, têm sido considerados apenas ações de natureza finalística.
- III) Os critérios de regionalização dos objetivos das políticas a serem definidas no PPA devem ser regulamentados em Lei Complementar.
- IV) A avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual é competência exclusiva do Poder Legislativo.

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) II e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) II, III e IV.

**40**

A concepção doutrinária do princípio da unidade é que o orçamento deve ser uno, ou seja, cada unidade orçamentária deve possuir apenas um orçamento. A análise desse princípio, quanto às disposições constitucionais e legais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, permite afirmar que:

- (A) a divisão da LOA em múltiplos orçamentos – fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social – fere diretamente o princípio da unidade;
- (B) a existência do orçamento de investimento das estatais fere explicitamente o princípio da unidade, apesar de não constituir efetivamente um orçamento;
- (C) a ocorrência de situações de urgência e calamidade pública são justificativas para permitir a existência de orçamentos paralelos;
- (D) a consolidação dos múltiplos orçamentos não atenua o descumprimento do princípio da unidade;
- (E) os múltiplos orçamentos – fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social – seguem a concepção da totalidade orçamentária.

**41**

O ciclo de aprovação, execução, controle e prestação de contas do orçamento público apresenta uma série de etapas com suas competências. Associe os órgãos/poderes e suas respectivas competências no ciclo orçamentário.

- |                                    |  |
|------------------------------------|--|
| (1) Controle interno               | ( ) Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária        |
| (2) Órgão central de contabilidade | ( ) Elaboração do quadro de detalhamento da despesa  |
| (3) Órgão central de planejamento  | ( ) Elaboração da proposta de Programação Financeira |
| (4) Unidade Orçamentária           | ( ) Execução do Orçamento                            |
|                                    | ( ) Acompanhamento, avaliação e correção de rumos    |

A associação correta é:

- (A) 3 - 3 - 2 - 4 - 1;
- (B) 3 - 2 - 1 - 4 - 2;
- (C) 4 - 3 - 2 - 3 - 1;
- (D) 4 - 3 - 2 - 2 - 1;
- (E) 2 - 1 - 3 - 4 - 2.

**42**

A Empresa Pública de Direitos Iguais, previamente ao encerramento do exercício financeiro, analisou seus contratos e identificou a realização de despesas sem prévio empenho, referente à aquisição de gêneros alimentícios para a festa de final do ano da empresa. O contador teve conhecimento desse fato e decidiu pelo registro patrimonial da despesa sem empenho, visando seu reflexo nas Demonstrações Contábeis do exercício. Sob a perspectiva da entidade pública, a realização desse registro no final do exercício teve por pressuposto a necessidade de atendimento dos seguintes princípios contábeis:

- (A) prudência e transparência;
- (B) registro pelo valor original e entidade;
- (C) entidade e prudência;
- (D) competência e equilíbrio;
- (E) oportunidade e competência.

**43**

Sob a perspectiva do serviço público, o princípio contábil que determina que a autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos é o princípio da:

- (A) entidade;
- (B) oportunidade;
- (C) compreensibilidade;
- (D) prudência;
- (E) transparência.

**44**

Considerando as diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial a NBC T 16.1, o conceito de unidade contábil deve ser aplicado para a:

- (A) realização de registros automáticos para unificação dos fatos contábeis de entidades filantrópicas;
- (B) gestão de informações de entidades privadas que prestam serviços continuados aos entes públicos;
- (C) unificação dos registros das entidades públicas que possuem ou não patrimônio próprio;
- (D) consolidação de entidades públicas e privadas para fins de atendimento a necessidades gerenciais e fiscais;
- (E) unificação de parcelas do patrimônio público vinculadas a unidades contábeis descentralizadas, para fins de controle e evidenciação dos seus resultados.

**45**

A Secretaria de Saúde da Prefeitura de Ararazul, para fins de cumprimento do limite constitucional de aplicação em Ações e Serviços Públicos em Saúde, realizou, ao final do exercício de 2014, o empenho da despesa de pessoal referente ao salário dos médicos de janeiro do exercício seguinte. Considerando esse empenhamento, o setor contábil não realizou a provisão para salários a pagar sob o enfoque patrimonial.

Sob a ótica da Resolução CFC nº 750/93 e suas atualizações, ao deixar de realizar esse registro, ele incorreu no descumprimento do seguinte princípio contábil:

- (A) entidade;
- (B) anualidade;
- (C) transparência;
- (D) competência;
- (E) registro pelo valor original.

**46**

As normas e as técnicas próprias da Contabilidade Pública têm como campo de aplicação, de acordo com os preceitos da NBC T 16.1, as entidades que atuam:

- (A) como conselhos profissionais;
- (B) como organizações da sociedade civil em geral;
- (C) sob a perspectiva do cumprimento de programas filantrópicos;
- (D) sob a perspectiva de organizações não governamentais;
- (E) como prestadoras de serviços de atividades fins para entes públicos.

**47**

Similarmente à Constituição da República, a Lei Orgânica do Município de São Paulo estipula que os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Sobre o relacionamento desse sistema de controle interno com o Tribunal de Contas do Município, é correto afirmar que:

- (A) o controle interno do Poder Legislativo, se solicitado pelo Tribunal de Contas do Município, pode realizar auditorias e inspeções em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (B) por operar autonomamente, o órgão de controle interno do Poder Executivo não está sujeito a realizar auditorias por solicitação do Tribunal de Contas do Município;
- (C) somente o Tribunal de Contas do Município pode realizar auditorias operacionais em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (D) as auditorias realizadas no âmbito do sistema de controle interno restringem-se a órgãos e entidades públicos;
- (E) o controle interno deve apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional.

**48**

Sobre os processos de contas anuais, de acordo com as disposições de seu regimento interno, é correto afirmar que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- (A) ao julgar suas próprias contas, emitirá juízo conclusivo sobre sua aprovação ou rejeição;
- (B) não admite recurso contra o acórdão que aprovar o parecer sobre as contas do prefeito;
- (C) tomará as contas do prefeito caso não sejam apresentadas no prazo previsto na Lei Orgânica do Município;
- (D) julgará as contas da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo;
- (E) apreciará, mediante parecer prévio, as contas das entidades da administração indireta do Município.

**49**

Segundo a Constituição da República, o controle externo de cada município é exercido pelo Poder Legislativo municipal com auxílio do órgão municipal de contas, onde houver, ou de órgão estadual de contas.

Considerando esse modelo de controle externo, caso um município que ainda não possua, mas pretenda instituir, um órgão de contas municipal:

- (A) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei municipal, desde que previsto na lei orgânica do ente federado;
- (B) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei estadual aprovada pela assembleia legislativa do estado e ratificada por lei municipal;
- (C) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada por lei municipal;
- (D) de acordo com o arcabouço constitucional vigente, não poderá criar um órgão municipal de contas, pois essa possibilidade é vedada pela Constituição da República;
- (E) poderá criar um conselho municipal de contas, única forma admitida pela Constituição da República para novos órgãos municipais de contas, se previamente autorizado por lei municipal e previsto na lei orgânica do ente federado.

**50**

De acordo com o art. 11 da Lei Orgânica do Município de São Paulo "qualquer munícipe, partido político, associação ou entidade é parte legítima para denunciar irregularidades à Câmara Municipal ou ao Tribunal de Contas, bem como aos órgãos do Poder Executivo".

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que disciplinou os requisitos de admissibilidade e processamento para essas denúncias, é correto afirmar que:

- (A) são admitidas somente denúncias cujo autor esteja identificado, vedando-se o anonimato;
- (B) o denunciante está dispensado de apresentar provas ou indícios da ilegalidade ou irregularidade noticiada;
- (C) constatada a existência de irregularidade durante a apuração, os responsáveis serão sumariamente condenados pelo tribunal, dispensando-se o contraditório nos casos de denúncia;
- (D) concluída a fase instrutória, os autos poderão ser submetidos a qualquer dos órgãos colegiados (tribunal pleno ou câmaras);
- (E) uma vez recebida e conhecida pelo relator, não pode o tribunal determinar o arquivamento de denúncia inepta.

**51**

A Lei Orgânica do Município de São Paulo atribui ao Tribunal de Contas do município competência para realizar, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo do município, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Essas auditorias podem ser realizadas por iniciativa do próprio Tribunal ou se solicitadas:

- (I) pela Câmara Municipal de São Paulo;
- (II) por comissões da Câmara Municipal ou por vereador no cumprimento de seu mandato;
- (III) pelo prefeito do município;
- (IV) pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- (V) por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado do município.

A opção que contém apenas legitimados a requerer auditorias ao Tribunal de Contas, segundo a Lei Orgânica do Município, é:

- (A) (I) e (II);
- (B) (I) e (V);
- (C) (II) e (IV);
- (D) (III) e (IV);
- (E) (III) e (V).

**52**

As transferências voluntárias da União para estados e municípios realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de parceria fazem parte de um sistema de cooperação para execução de ações de interesse recíproco, financiadas majoritariamente com recursos do orçamento federal. Suponha que a União, por meio do Ministério da Cultura, transfira voluntariamente, mediante convênio, recursos para a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo para financiar um projeto na área de preservação da memória. O município cofinancia a ação por meio do aporte de uma contrapartida de 10% do total do ajuste.

Quanto à jurisdição dos órgãos de controle externo, é correto afirmar que:

- (A) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas da União a fiscalização do ajuste, pois os recursos são majoritariamente federais;
- (B) há uma competência concorrente do Tribunal de Contas do Município e do Tribunal de Contas da União, de forma autônoma e independente;
- (C) compete ao Tribunal de Contas do Município fiscalizar somente a aplicação dos recursos da contrapartida do ajuste;
- (D) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas do Município a fiscalização do ajuste, pois os recursos têm como destino o orçamento do município;
- (E) o Tribunal de Contas do Município pode fiscalizar o ajuste desde que previamente autorizado pelo Tribunal de Contas da União, mediante acordo de cooperação.

**53**

Considerando as elevadas disponibilidades de caixa de determinado ente federativo, foi formulada consulta, pelo Chefe do Poder Executivo, à sua assessoria, a respeito do que deveria ser feito com esses recursos. Com os olhos voltados às normas constitucionais afetas às finanças públicas, é correto afirmar que essas disponibilidades:

- (A) devem ser necessariamente depositadas, qualquer que seja o ente federativo a que pertençam, no Banco Central;
- (B) podem ser depositadas em instituição financeira de livre escolha do respectivo ente federativo;
- (C) quando pertencentes aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, não precisam ser depositadas em banco oficial;
- (D) podem ser depositadas em bancos privados ou em bancos oficiais conforme definido por lei editada pelo respectivo ente federativo;
- (E) não têm o mesmo tratamento do crédito da folha de pagamento, já que este último pode ser depositado em banco privado.

**54**

Na medida em que a existência da lei orgânica municipal está prevista na Constituição da República, sujeitando-se aos balizamentos ali estabelecidos, é correto afirmar que:

- (A) as matérias passíveis de serem regulamentadas pela lei orgânica municipal podem ser restringidas pela Constituição Estadual, que pode uniformizar, livremente, a legislação dos Municípios situados em seu território;
- (B) a lei orgânica municipal, como projeção da autonomia municipal, deve disciplinar a organização municipal consoante os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, não sendo possível que a Constituição Estadual o faça;
- (C) as matérias passíveis de serem regulamentadas pela lei orgânica municipal podem ser livremente ampliadas pela Constituição Estadual, com o uso do instituto da delegação de competências legislativas;
- (D) a lei orgânica municipal pode estabelecer a disciplina normativa de toda e qualquer temática afeta à competência legislativa municipal;
- (E) a relação de sujeição normativa decrescente identificada entre a Constituição da República, a Constituição Estadual e a lei orgânica municipal faz com que a última possa ser livremente comprimida pela expansão das duas primeiras.

**55**

Epaminondas, servidor público estadual, ao refletir sobre a possibilidade de concorrer a um mandato eletivo, procurou um advogado e pediu orientação a respeito da sistemática constitucional de acumulação de cargos públicos. A esse respeito, é correto afirmar que o servidor público:

- (A) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, terá o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- (B) pode acumular qualquer cargo público, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (C) pode acumular, dentre outros, dois cargos de natureza técnica ou científica, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (D) não pode acumular nenhum cargo público, ainda que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório constitucional;
- (E) no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, deverá ficar sempre afastado do cargo, emprego ou função junto à administração pública direta ou indireta.

**56**

Tanto as Organizações Sociais como as Organizações das Sociedades Civas de Interesse Público são entidades privadas, sem fins lucrativos, que recebem tal qualificação pelo Poder Público, uma vez preenchidos os requisitos legais. Conhecendo as peculiaridades que distinguem as Organizações Sociais (OS's) das Organizações das Sociedades Civas de Interesse Público (OSCIP's), é correto afirmar que:

- (A) as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e das OSCIP's são definidas por meio de contrato de gestão, enquanto que o vínculo das OS's com a Administração Pública é estabelecido por meio de termo de parceria;
- (B) as OS's recebem ou podem receber delegação para a gestão de serviço público, enquanto as OSCIP's exercem atividade de natureza privada (serviços sociais não exclusivos do Estado), com a ajuda do Estado;
- (C) ao contrário do que ocorre com as OS's, são passíveis de qualificação como OSCIP's as cooperativas, os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- (D) as OS's já são fundadas com a qualificação jurídica de organização social em seu estatuto social, enquanto que as OSCIP's somente recebem tal título por força de lei específica, após comprovarem os requisitos legais;
- (E) às OS's não poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, enquanto que as OSCIP's poderão receber tal aporte por atuarem visando ao interesse público.

**57**

Determinado município contratou, após regular processo licitatório, sociedade empresária para construir uma escola municipal. Ocorre que a contratada reiteradamente não vem cumprindo as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos acordados. Tendo por base as normas previstas na Lei nº 8.666/93, em especial aquelas sobre inexecução e rescisão de contratos administrativos, a Administração Pública municipal contratante poderá rescindir o contrato por ato escrito e:

- (A) unilateral, com a assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- (B) unilateral, com o decreto da indisponibilidades de bens da contratada (e, se preciso, de seus sócios), até o limite do prejuízo causado à Administração;
- (C) bilateral, com a proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 8 (oito) anos e o integral ressarcimento dos danos ao erário;
- (D) bilateral, com o integral ressarcimento dos danos ao erário e a suspensão dos direitos políticos dos sócios administradores da sociedade empresária;
- (E) bilateral, com a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 8 (oito) anos.

**58**

Fortes chuvas, imprevisíveis para esta época do ano, assolaram determinado município do interior do Estado, dando causa a estado de emergência e de calamidade pública, com a destruição parcial de alguns bairros. Em razão de alagamentos, enchentes e desmoronamentos, a Defesa Civil interditou diversas pontes e vias públicas. Caracterizada a urgência de atendimento de situação que podia ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, o Prefeito realizou diversas contratações diretas não precedidas de licitação. Para que tais contratações estejam revestidas de legalidade, devem ter sido efetivadas mediante processo administrativo de:

- (A) dispensa de licitação e possuir valor global de até 20% (vinte por cento) do limite previsto para obras e serviços de engenharia da modalidade convite, bem como não podem ser referentes a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
- (B) dispensa de licitação e se referir somente aos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
- (C) dispensa de licitação e estar de acordo com o preço de mercado, se referindo somente aos bens necessários ao atendimento da situação de urgência e para obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
- (D) inexigibilidade de licitação e o valor de cada contrato deve estar de acordo com o preço de mercado, não podendo ultrapassar 10% (dez por cento) do limite previsto para obras e serviços de engenharia da modalidade convite, sendo o prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, permitida uma prorrogação dos respectivos contratos;
- (E) inexigibilidade de licitação e o valor de cada contrato deve estar de acordo com o preço de mercado, se referindo a parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

**59**

A Lei Federal nº 11.079/04 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. De acordo com tal lei, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- (A) para a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;
- (B) que preveja o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;
- (C) que contenha cláusula dispendo sobre a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- (D) para a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens;
- (E) que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

**60**

Determinado município iniciou processo licitatório para, na modalidade pregão, contratar sociedade empresária para fornecer à municipalidade determinado material escolar, cujo padrão de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Durante a chamada fase externa do pregão, aberta a sessão pública, os interessados entregaram os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos. Assim, verificou-se que os cinco licitantes participantes apresentaram ofertas abaixo do valor estimado pelo município, da seguinte forma: 50 mil, 52 mil, 53 mil, 54 mil e 58 mil reais. Passo seguinte, levando em consideração o que dispõe a Lei nº 10.520/02, o pregoeiro deve:

- (A) oportunizar ao autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela proceder a novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- (B) oportunizar a todos os licitantes que apresentaram ofertas abaixo do valor estimado pelo município proceder a novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- (C) proceder ao imediato julgamento e classificação das propostas, adotando o critério de menor preço, e convocar o licitante que ofertou 50 mil reais para assinar o contrato;
- (D) proceder à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação dos três licitantes que apresentaram as melhores proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;
- (E) declarar vencedor o licitante que fez a oferta de menor valor (50 mil reais), homologar a licitação e adjudicar ao vencedor o objeto da licitação, assinando com ele o contrato administrativo.

**61**

Rafael é servidor público ocupante de cargo efetivo de Técnico Administrativo do Poder Executivo municipal. Por meio de uma portaria assinada pelo Prefeito, Rafael foi cedido para o Poder Legislativo do mesmo município, para exercer a função de chefe de gabinete de Vereador, no período de 01/06/14 até 01/06/16. Em meados de 2015, por necessidade do serviço, o Prefeito expediu nova portaria revogando a cessão de diversos servidores (dentre eles, a de Rafael) a órgãos estranhos ao executivo municipal e determinando seu retorno ao órgão de origem, em 30 dias. Inconformado, Rafael impetrou mandado de segurança, pleiteando a manutenção de sua cessão à câmara municipal até o dia 01/06/16. A pretensão de Rafael merece ser julgada:

- (A) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, pode controlar o seu mérito e concluir, pelo princípio da proporcionalidade, que a contribuição do servidor cedido à Câmara, no caso concreto, é mais importante que a alegação de necessidade de pessoal no executivo;
- (B) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo vinculado e, por tal razão, o Poder Judiciário pode controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor de permanecer cedido até o prazo final previsto na portaria (01/06/16), pela aplicação da teoria dos motivos determinantes;
- (C) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, pode controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor de permanecer cedido até o prazo final previsto na portaria (01/06/16), pela aplicação do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) improcedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, deve controlar apenas a sua legalidade (e não o seu mérito) e o Prefeito pode revogar a cessão antes do prazo final, por motivos de oportunidade e conveniência, que atendam ao interesse público;
- (E) improcedente, eis que, apesar de a revogação da cessão ser um ato administrativo vinculado e, por isso, tanto a Administração quanto o Poder Judiciário, podem analisar o seu mérito, revisando os valores de oportunidade e conveniência na manutenção do ato, na hipótese em tela deve ser respeitada a supremacia do Poder Executivo.

**62**

Antônio é servidor público estatutário municipal estável ocupante de cargo efetivo. Após estudos estratégicos sobre pessoal, realizados pela Secretaria Municipal de Administração, foi editada lei municipal extinguindo alguns cargos do Poder Executivo, dentre eles o ocupado por Antônio. De acordo com a disciplina constitucional que rege a matéria, Antônio:

- (A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- (B) será promovido, por critério de ascensão, a outro cargo efetivo existente, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (C) será reconduzido a outro cargo efetivo que exija mesma escolaridade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (D) será reintegrado a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário, mantida sua remuneração;
- (E) ficará em readaptação a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário.

**63**

O princípio da transparência fiscal traz a ideia de que toda atividade financeira deve se desenvolver com clareza e transparência, como forma de legitimação do Estado Social e Democrático de Direito. Visando dar aplicabilidade a esse princípio, a Lei nº 10.028/2000 introduziu os artigos 359-A até 359-H no Código Penal, trazendo os chamados Crimes contra as Finanças Públicas.

Sobre o tema, é correto afirmar que o crime de:

- (A) *“contratação de operação de crédito”* é classificado pela doutrina como tipo misto alternativo;
- (B) *“assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura”* proíbe que seja ordenada assunção de obrigação durante todo o último ano do mandato, se esta não puder ser paga no mesmo exercício financeiro;
- (C) *“ordenação de despesa não autorizada”* é classificado pela doutrina como norma penal em preto;
- (D) *“prestação de garantia graciosa”* é classificado pela doutrina como crime impróprio, já que o sujeito ativo não possui qualquer especial característica;
- (E) *“não cancelamento de restos a pagar”* é classificado pela doutrina como modalidade de crime comissivo impróprio.

**64**

Gabriel, funcionário público que atua junto à Receita Federal instalada no aeroporto internacional de São Paulo, com função de controle dos produtos que ingressam no país, possui um acordo com a sociedade empresária em que trabalha seu filho no sentido de que não obstará a entrada de mercadorias estrangeiras proibidas em território nacional. No dia 02 de junho de 2015, colocou o acordo em prática, permitindo a entrada de animais silvestres comprados pela sociedade sem a devida autorização. Nesse caso, é correto afirmar que Gabriel praticou o crime de:

- (A) contrabando, em concurso de agentes;
- (B) facilitação de contrabando ou descaminho;
- (C) descaminho, em concurso de agentes;
- (D) descaminho, em tese, mas deve ser reconhecido o princípio da insignificância;
- (E) prevaricação.

## Conhecimentos Especializados

**65**

A composição unitária de um concreto é 1:2:3:x (cimento:areia:brita:relação água/cimento).

Sabendo-se que a massa, em kg, de 1 m<sup>3</sup> de concreto é 2310 e que em 1 m<sup>3</sup> de concreto foram utilizados 350 kg de cimento, a relação água/cimento é igual a:

- (A) 0,45;
- (B) 0,50;
- (C) 0,55;
- (D) 0,60;
- (E) 0,65.

**66**

Considere uma barra de aço maciça de 1,5 m de comprimento e seção transversal circular de 300 mm de diâmetro.

Sabendo-se que é usada como uma coluna engastada na extremidade inferior e livre na extremidade superior, o seu índice de esbelteza é igual a:

- (A) 20;
- (B) 40;
- (C) 60;
- (D) 80;
- (E) 100.

**67**

Em uma laje de concreto armado, a armadura calculada, para uma direção, foi 2,0 cm<sup>2</sup>/m. Sabendo que há a possibilidade de uso das barras de 5 mm e 6,3 mm de diâmetro e considerando as áreas das barras de 5 mm e 6,3 mm aproximadamente iguais a 20 mm<sup>2</sup> e 31 mm<sup>2</sup>, respectivamente, o detalhamento da armadura em planta é:

- (A) 5 mm cada 15,5 cm;
- (B) 6,3 mm cada 31 cm;
- (C) 5 mm cada 10 cm;
- (D) 6,3 mm cada 10 cm;
- (E) 5 mm cada 31 cm.

**68**

O elemento de fundação superficial comum a vários pilares, cujos centros, em planta, estão situados em um mesmo alinhamento é:

- (A) a sapata;
- (B) o bloco;
- (C) a sapata associada;
- (D) a viga de fundação;
- (E) a grelha.

**69**

Considere as seguintes informações sobre serviços topográficos, X e Y:

X: Conjunto de métodos e processos que, através de medições de ângulos horizontais e verticais, de distâncias horizontais, verticais e inclinadas, com instrumental adequado à exatidão pretendida, primordialmente, implanta e materializa pontos de apoio no terreno, determinando suas coordenadas topográficas;

Y: Conjunto de operações topográficas clássicas (poligonais, irradiações, interseções, ou por ordenadas sobre uma linha-base), destinado à determinação das posições planimétrica e/ou altimétrica dos pontos, que vão permitir a representação do terreno a ser levantado topograficamente a partir do apoio topográfico.

Analisando-se cada um deles, conclui-se que:

- (A) Y é um levantamento de detalhes;
- (B) X é um levantamento de detalhes e Y, um levantamento topográfico;
- (C) X é um levantamento de detalhes;
- (D) X e Y são levantamentos topográficos;
- (E) X e Y são levantamentos de detalhes.

**70**

Um muro de arrimo de concreto está solicitado por um empuxo de terra de 110 kN. Sabendo que o coeficiente de segurança contra o escorregamento é 1,5 e que o coeficiente de atrito entre o solo e o concreto é 0,55, o peso total do muro, em tf, deve ser igual a:

- (A) 20;
- (B) 30;
- (C) 130;
- (D) 200;
- (E) 300.

**71**

O mecanismo que substitui a fechadura nas janelas e portas e movimenta duas varetas de ferro simulando um ferrolho, podendo ser simples ou com mecanismo de chave, é:

- (A) maçaneta;
- (B) rodízio;
- (C) carranca;
- (D) tarjeta;
- (E) cremone.

**72**

Um aparelho de neoprene fretado suporta uma carga vertical total de 1875 kN. Sabendo que sua tensão média de compressão admissível é 15 MPa, as suas dimensões, em cm, devem ser iguais a:

- (A) 20 x 60;
- (B) 200 x 600;
- (C) 25 x 50;
- (D) 250 x 500;
- (E) 150 x 800.

**73**

Está sendo introduzida no Brasil uma nova tecnologia de projeto de engenharia e arquitetura denominada *Building Information Modeling* (BIM), que envolve a “modelagem das informações do edifício”, criando um modelo integrado. Com relação à elaboração da documentação técnica de obras, é correto afirmar que o BIM:

- (A) não apresenta vantagem significativa em relação aos softwares CAD 2D já amplamente utilizados pelo mercado;
- (B) apresenta apenas ganho visual em relação aos softwares CAD 2D já amplamente utilizados pelo mercado, ao mostrar os modelos em três dimensões;
- (C) permite a elaboração de desenhos tridimensionais, entretanto, torna a correção dos desenhos (plantas, vistas e cortes) mais lenta em relação aos softwares CAD 2D;
- (D) consiste em uma quebra de paradigma no desenho técnico, definindo linhas e curvas vetorialmente, permitindo desenhos com elevada precisão;
- (E) possibilita a quantificação de serviços automática e precisa e, conseqüentemente, reduz a variabilidade na orçamentação.

**74**

O método utilizado para identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos, que identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido, considerando-se cenários viáveis para execução e comercialização do produto, é:

- (A) evolutivo;
- (B) involutivo;
- (C) comparativo direto de dados de mercado;
- (D) da capitalização da renda;
- (E) projetivo.

**75**

Analisando o projeto de uma nova edificação a ser construída, o fiscal da obra observou que fora planejada para uma rota acessível uma rampa com 1715 cm de comprimento de projeção horizontal, vencendo um desnível de 120 cm, num único segmento. Após analisar a NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, o fiscal resolveu aprovar o projeto.

A postura do fiscal da obra, nessa hipótese, afigura-se:

- (A) correta, pois rampas acessíveis podem ser construídas com até 12,5% de inclinação;
- (B) correta, pois rampas com a inclinação requerida pelo projeto podem ser executadas para desníveis de até 150 cm;
- (C) correta, pois rampas com a inclinação requerida pelo projeto não têm limite de altura;
- (D) incorreta, pois rampas com a inclinação requerida pelo projeto não podem vencer desníveis superiores a 80 cm;
- (E) incorreta, pois rampas com desníveis superiores a 100 cm devem possuir pelo menos um patamar intermediário.

**76**

Ao construtor ou incorporador de uma edificação habitacional cabe elaborar o manual de uso, operação e manutenção da edificação, que consiste no documento que reúne as informações necessárias para orientar as atividades de conservação, uso e manutenção da edificação e operação dos equipamentos. O manual deve ser entregue ao proprietário da unidade quando da disponibilização da edificação para uso. Deve também ser elaborado o manual das áreas comuns, que deve ser entregue ao condomínio. O manual de uso, operação e manutenção da edificação deve atender ao disposto na NBR 14037 (Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações), com explicitação pelo menos dos prazos de garantia aplicáveis ao caso, iguais ou maiores aos apresentados no Anexo D da NBR 15575-1 (Edificações habitacionais – Desempenho, Parte 1: Requisitos gerais).

O prazo de garantia mínimo a ser dado pela construtora ou incorporadora para as instalações hidrossanitárias de um edifício habitacional, a contar da expedição do “habite-se”, é de:

- (A) um ano para instalação, cinco anos para equipamentos e cinquenta anos para estanqueidade;
- (B) um ano para equipamentos, três anos para instalação e cinco anos para integridade e estanqueidade;
- (C) cinco anos para estanqueidade, dez anos para equipamentos e quinze anos para instalação;
- (D) um ano para oxidação, dois anos para integridade e três anos para estanqueidade;
- (E) cinco anos para o sistema completo.



**77**

O projeto de arquitetura da construção de um edifício público prevê o assentamento de piso (sinalização) tátil direcional ligando a entrada do edifício até o hall dos elevadores. A linha guia estabelecida sofre uma mudança de direção de 150 graus em um ponto do seu trajeto. Durante a execução da obra, o fiscal determinou ao construtor que a mudança de direção e o piso próximo ao elevador fossem sinalizados com piso de granito apicoado, de mesma cor do granito polido utilizado no restante do pavimento. A postura do fiscal da obra, nessa hipótese, afigura-se:

- (A) correta, pois todas as mudanças de direção exigem um alerta tátil;
- (B) correta, pois as sinalizações de alerta devem ter textura contrastante com a do piso adjacente;
- (C) correta, pois para deficientes visuais não faz diferença a cor do piso de sinalização tátil de alerta;
- (D) incorreta, pois mudanças de direção de 150 graus não necessitam de sinalização de alerta tátil;
- (E) incorreta, pois as sinalizações de alerta devem ter cor contrastante e relevo na forma de troncos de cone.

**78**

Em função das necessidades básicas de segurança, saúde, higiene e economia, a NBR 15575 estabelece requisitos mínimos de desempenho (M) que devem ser considerados e atendidos para os diferentes sistemas que compõem o edifício habitacional. Considerando a possibilidade de melhoria da qualidade da edificação, com implicações na relação custo/benefício dos sistemas, o construtor ou incorporador pode estabelecer, alternativamente, os seguintes níveis de desempenho:

- (A) superior (S) ou excelente (E), conferindo maior conforto ao usuário, e prazos de garantia maiores em pelo menos 100% e 200%, respectivamente, em relação ao desempenho mínimo;
- (B) inferior (I) ou superior (S), conferindo prazos de garantia menores e maiores em 50%, respectivamente, em relação ao desempenho (M);
- (C) intermediário (I) ou superior (S), conferindo igual conforto para o usuário, e os mesmos prazos de garantia em relação ao desempenho mínimo;
- (D) intermediário (I) ou superior (S), conferindo maior conforto ao usuário, e prazos de garantia maiores em pelo menos 25% e 50%, respectivamente, em relação ao desempenho mínimo;
- (E) inferior (I), superior (S) ou excelente (E), conferindo prazos de garantia maiores em pelo menos 50%, 100% e 200%, respectivamente, em relação ao desempenho mínimo.

**79**

Em uma licitação, quando todos os preços unitários propostos por uma empresa encontram-se abaixo dos previstos pela Administração, e os preços dos serviços do final da obra são cotados com reduções expressivas de valores em relação ao orçamento base, diz-se que a proposta de preços pode estar com:

- (A) “jogo de cronograma”, pois após realizar os serviços iniciais com preços melhores, o contratado pode pedir para aumentar os preços dos serviços restantes ou abandonar a obra;
- (B) “jogo de planilha”, pois a licitação da obra foi realizada a partir de projeto básico deficiente;
- (C) “superfaturamento”, pois os custos unitários médios estão acima do valor de mercado;
- (D) “subfaturamento”, pois todos os custos unitários estão abaixo do valor de mercado, e a contratada pode paralisar a obra e pedir termos aditivos;
- (E) “mergulho de preços”, pois a legislação não permite que todos os custos unitários propostos por uma empresa encontrem-se abaixo dos previstos pela Administração.

**80**

Considere os seguintes grupos de fatores de desempenho a serem atendidos pelas edificações habitacionais e seus sistemas:

X: estanqueidade, desempenho térmico, desempenho acústico e desempenho lumínico;

Y: durabilidade, manutenibilidade e impacto ambiental.

Esses grupos de fatores pertencem, respectivamente, aos seguintes requisitos dos usuários:

- (A) habitabilidade e segurança;
- (B) segurança e sustentabilidade;
- (C) sustentabilidade e inovação;
- (D) inovação e habitabilidade;
- (E) habitabilidade e sustentabilidade.

**81**

Pavimento de uma rodovia é a superestrutura constituída por um sistema de camadas de espessuras finitas, assentes sobre o subleito. A camada de revestimento normalmente é agrupada segundo determinadas classes.

Um exemplo de camada de revestimento flexível, betuminosa, por penetração direta é o(a):

- (A) pré-misturado a quente de graduação tipo aberta;
- (B) areia betume;
- (C) tratamento superficial duplo;
- (D) concreto betuminoso;
- (E) macadame betuminoso.

**82**

O engenheiro João foi encarregado de elaborar um estudo de viabilidade de uma obra viária de empresa cujo custo de capital para investimento é de 12% ao ano. A tabela mostra o fluxo de caixa para o horizonte de projeto de 10 anos.

Anos	0	1	2	3	4	5
Projeto	-R\$ 450.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 150.000,00
Anos	6	7	8	9	10	
Projeto	R\$ 80.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 150.000,00	

Considerando o fluxo de caixa mostrado, o valor presente líquido do projeto é:

- (A) R\$ 19.362,42;
- (B) R\$ 40.474,34;
- (C) R\$ 63.083,58;
- (D) R\$ 203.859,11;
- (E) R\$ 410.000,00.

**83**

Um serviço de escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria com uma DMT de 300 m foi executado com a equipe de máquinas mostrada na tabela abaixo. Essa também apresenta a quantidade empregada e a utilização de cada equipamento.

Equipamento	Quantidade	Utilização produtiva	Utilização improdutivo
Trator de Esteiras - (228 kW)	1	1	0
Motoscaper - (246 kW)	4	0,8	0,2
Motoniveladora - (93 kW)	1	0,12	0,88

Sabendo que a produtividade do trator de esteiras foi de 320 m<sup>3</sup>/hora, a produtividade máxima de um motoscaper é:

- (A) 64,0 m<sup>3</sup>/hora;
- (B) 100,0 m<sup>3</sup>/hora;
- (C) 102,4 m<sup>3</sup>/hora;
- (D) 128,0 m<sup>3</sup>/hora;
- (E) 192,0 m<sup>3</sup>/hora.

**84**

O sistema de limpeza urbana do Município de São Paulo inclui, entre outras, as atividades de acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, varrição, capina, corte de árvores, controle de vetores e lavagem de vias.

Em função de seu porte e da grande distância entre a área de coleta e o aterro sanitário, São Paulo encaminha seus resíduos através de caminhões compactadores para as estações de Vergueiro, Santo Amaro e Ponte Pequena. Posteriormente esses resíduos são transportados por carretas até os aterros sanitários.

Essa atividade de limpeza urbana constituiu o(a):

- (A) coleta;
- (B) controle de vetores;
- (C) transbordo;
- (D) acondicionamento;
- (E) varrição.

**85**

A Resolução nº 218 de 1973 em seu Artigo 1 discrimina as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia descritas: Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica; Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação; Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica; Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria; Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico; Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica; Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão; Atividade 09 - Elaboração de orçamento; Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade; Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico; Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico; Atividade 13 - Produção técnica e especializada; Atividade 14 - Condução de trabalho técnico; Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo; Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação; e Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Segundo esse instrumento legal, compete ao engenheiro civil o desempenho dessas atividades relacionadas a algumas obras ou serviços de engenharia, EXCETO:

- (A) portos, rios, canais, barragens e diques;
- (B) estradas, pistas de rolamentos e aeroportos;
- (C) sistemas de refrigeração e de ar condicionado;
- (D) sistemas de abastecimento de água e de saneamento;
- (E) pontes e grandes estruturas.

**86**

O transporte dos resíduos perigosos deverá ser feito com emprego de equipamentos adequados, sendo devidamente acondicionados e rotulados em conformidade com as normas nacionais e internacionais pertinentes.

Quando ocorre movimentação de resíduos perigosos para fora da unidade geradora, existe um instrumento de controle que permite ao órgão ambiental conhecer o gerador, o transportador e o receptor dos resíduos e acompanhá-los desde a sua origem até a disposição final. Trata-se do seguinte instrumento:

- (A) ficha de resíduos;
- (B) manifesto de transporte de resíduos;
- (C) licença de transporte e operação de resíduos;
- (D) termo de referência de transporte;
- (E) inventário de resíduos.

87

A tabela abaixo mostra os valores de uma precipitação total ocorrida em uma bacia hidrográfica:

Intervalo de tempo (h)	0 - 1	1 - 2	2 - 3	3 - 4
Precipitação (mm)	3,5	7,4	12,5	4,8

Considere que, pelo método de *Soil Conservation Service* (SCS), a relação entre a precipitação efetiva acumulada e a precipitação acumulada seja dada por:

$$P_{ef\ ac} = \begin{cases} 0 & \text{se } P_{ac} \leq 6\ mm \\ \frac{(P_{ac} - 6)^2}{(P_{ac} + 24)} & \text{se } P_{ac} > 6\ mm \end{cases}$$

A parcela da precipitação escoada superficialmente durante a terceira hora (em mm) é de:

- (A) 0,7 mm;
- (B) 3,5 mm;
- (C) 5,7 mm;
- (D) 6,7 mm;
- (E) 7,5 mm.

88

Nos planos diretores de macrodrenagem para defesa contra inundações, podem ser adotadas medidas não estruturais e medidas estruturais intensivas ou extensivas.

Um exemplo de medida estrutural extensiva é a criação de:

- (A) reservatórios de retenção em praças ao longo das encostas;
- (B) diques marginais com polders ao longo da calha dos rios;
- (C) cotas de soleira mínima em planos diretores urbanos;
- (D) trechos canalizados nas calhas dos rios;
- (E) programas de educação contra as cheias em comunidades lindeiras.

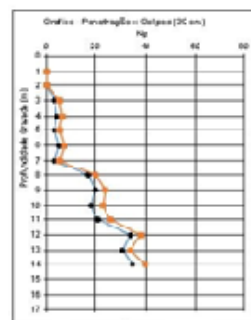
89

A Lei Federal nº 6.766 de 1979 dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Segundo esse instrumento legal, o projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal ou pelo Distrito Federal. Compete também aos municípios a fixação das diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário quando:

- (A) a gleba for localizada em área de proteção ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico definida por legislação estadual ou federal;
- (B) o loteamento ou desmembramento localizar-se em área limítrofe do município;
- (C) a gleba for localizada em área de proteção aos mananciais definida por legislação estadual ou federal;
- (D) o loteamento ou desmembramento pertencer a mais de um município;
- (E) o loteamento pertencer somente a um município, mas tiver uma área de 500.000 m<sup>2</sup> a 1.000.000 m<sup>2</sup>.

90

O ensaio de sondagem de simples ou SPT (*Standard Penetration Test*) é o ensaio mais executado para o reconhecimento dos solos. Observe o perfil:



Prof. (m)	Nº de Golpes		Tipo de solo
	1ª e 2ª	2ª e 3ª	
1	0	0	Camada 1 Argila
2	0	0	
3	3	5	
4	4	6	
5	3	5	
6	5	7	
7	3	5	
8	17	20	Camada 2 Areia
9	20	24	
10	18	23	
11	21	26	
12	34	38	
13	31	34	
14	35	40	

De acordo com os critérios de classificação das areias e siltes arenosos quanto à consistência ou compactidade, o solo da segunda camada recebe a designação de:

- (A) fofa;
- (B) pouco compacta;
- (C) medianamente compacta;
- (D) compacta;
- (E) muito compacta.

**91**

Lei nº 11.228, de 1992, dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações no Município de São Paulo.

Segundo esse instrumento legal:

- (A) será permitido o despejo de águas pluviais sobre as calçadas e os imóveis vizinhos, desde que sejam conduzidas por canalização sob o passeio à rede coletora própria;
- (B) os ambientes que contiverem instalações com funcionamento à gás deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas para colunas de ventilação (*shaft*) ou diretas para o exterior;
- (C) residências unifamiliares ou qualquer nova edificação com mais de 300,00m<sup>2</sup>, deverão ser dotadas de abrigo destinado à guarda de lixo, localizado no interior do lote e com acesso direto ao logradouro;
- (D) as edificações situadas em áreas desprovidas de rede coletora pública deverão ser providas de instalações destinadas ao armazenamento, tratamento e destinação de esgoto, de acordo com as Normas Técnicas Oficiais;
- (E) deverão ser servidas por no mínimo dois elevadores de passageiros as edificações com mais de cinco andares até dez andares.

**92**

Para executar a aplicação de 1 m<sup>2</sup> de cerâmica esmaltada de até 30x30cm com argamassa de cimento e areia, são consumidos: 1,2 h de pedreiro ladrilheiro, 1,20 h de servente, 1,1 m<sup>2</sup> de cerâmica e 0,02 m<sup>3</sup> de argamassa pronta.

Os custos desses insumos, incluindo-se os encargos sociais de mão de obra, são:

Item	Custo
Cerâmica	R\$ 22,00 / un
Argamassa pronta	R\$ 360,00 / m <sup>3</sup>
Servente	R\$ 9,00 / h
Ladrilheiro	R\$ 14,00 / h

Considerando o BDI nulo, o custo unitário total desse serviço, incluindo materiais e mão de obra, é:

- (A) R\$ 10,80;  
 (B) R\$ 16,80;  
 (C) R\$ 27,60;  
 (D) R\$ 59,00;  
 (E) R\$ 64,40.

**Enunciado CURVA ABC**

A curva de experiência ABC também conhecida como regra 80/20 é muito utilizada na análise de estoques a fim de buscar redução de custos sem comprometer o nível de atendimento aos clientes. A Classe A, de maior importância, corresponde a 80% do valor total e 20% da quantidade de itens.

A tabela abaixo mostra um estoque de 10 (dez) diferentes itens, insumos de uma obra, com suas quantidades e valores unitários:

Item	Quantidade consumida anualmente	Valor unitário
Produto 1	1210	R\$ 10,00
Produto 2	160	R\$ 20,00
Produto 3	5000	R\$ 15,00
Produto 4	50	R\$ 10,00
Produto 5	380	R\$ 18,00
Produto 6	10	R\$ 15,00
Produto 7	100	R\$ 58,00
Produto 8	2000	R\$ 28,50
Produto 9	50	R\$ 25,00
Produto 10	41	R\$ 77,00

Para o gerenciamento e controle desse estoque, foi montada uma Curva ABC com valores totais parciais por item A = 80%, B = 15% e C = 5%.

**93**

A partir da observação do Enunciado CURVA ABC, pertencem à Classe A somente o(s) seguinte(s) produto(s):

- (A) 3;  
 (B) 6;  
 (C) 4 e 6;  
 (D) 3 e 8;  
 (E) 3, 8 e 1.

**94**

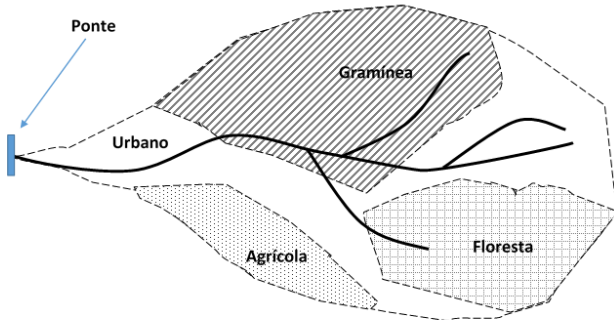
Dentro de uma política de economia no controle de estoque são comuns ações sobre os itens pertencentes à Classe A, que apresentam maior importância.

A partir da observação do Enunciado CURVA ABC, se ocorrer uma redução de 20% do estoque do grupo A, a economia será de:

- (A) R\$ 120,00;  
 (B) R\$ 520,00;  
 (C) R\$ 15.000,00;  
 (D) R\$ 26.400,00;  
 (E) R\$ 28.820,00.

95

A sub-bacia hidrográfica da figura abaixo contribui para uma seção transversal onde será construída uma ponte ferroviária.



A tabela apresenta os dados relacionados ao uso do solo na sub-bacia.

Tipo de uso do solo	Área (Km <sup>2</sup> )	Coefficiente de deflúvio (%)
Floresta	0,8	28
Gramínea	1,4	42
Agrícola	1	25
Urbano Pavimentado	1,8	85

Sabendo-se que a intensidade máxima média da precipitação sobre toda a área da bacia é de 30 mm/h, a vazão de dimensionamento do vão da ponte pelo Método Racional é:

- (A) 10,8 m<sup>3</sup>/s;
- (B) 12,0 m<sup>3</sup>/s;
- (C) 16,2 m<sup>3</sup>/s;
- (D) 21,6 m<sup>3</sup>/s;
- (E) 25,4 m<sup>3</sup>/s.

96

Segundo o Manual do DNIT, em uma rodovia podem ser projetados dispositivos de drenagem de transposição de talwegues, superficial, do pavimento, subterrânea e de travessia urbana. A drenagem superficial de uma rodovia tem como objetivo interceptar e captar, conduzindo ao deságue seguro, as águas provenientes de suas áreas adjacentes e aquelas que se precipitam sobre o corpo estradal, resguardando sua segurança e estabilidade. Apresenta um dispositivo de drenagem superficial:

- (A) poço de visita;
- (B) colchão drenante;
- (C) dreno lateral de base;
- (D) sarjeta de aterro;
- (E) bueiro de grota.

97

Em um laboratório foram determinados os seguintes parâmetros para amostra de solo:

- massa de solo seco (Ms) = 4,2 g;
- volume total ocupado pela amostra de solo (Vt) = 2,2 cm<sup>3</sup>;
- volume total de poros (Vp) = 1,4 cm<sup>3</sup>.

Assim, a massa específica das partículas sólidas do solo é:

- (A) 5,25 g . cm<sup>-3</sup>;
- (B) 4,20 g . cm<sup>-3</sup>;
- (C) 3,00 g . cm<sup>-3</sup>;
- (D) 1,90 g . cm<sup>-3</sup>;
- (E) 1,17 g . cm<sup>-3</sup>.

98

Para executar um serviço de escavação, carga e transporte (ECT) de material de primeira categoria a uma distância média de 2.500 km, um engenheiro optou por utilizar uma equipe com tratores de esteiras, motoniveladoras, carregadeiras de pneus e caminhões basculantes de 16 m<sup>3</sup> (20 t).

O volume total a ser escavado na área de empréstimo (corte) é de 8.400 m<sup>3</sup>, o percentual de empolamento é de 20% e o grau de compactabilidade ou contração entre o material na jazida e o material compactado no aterro após o serviço de ECT é de 0,90.

Se cada caminhão fará 21 viagens, a quantidade de caminhões necessária é:

- (A) 29;
- (B) 30;
- (C) 31;
- (D) 32;
- (E) 33.

99

A Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, regulamenta os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental.

No que se refere às competências no processo de licenciamento ambiental, é correto afirmar que:

- (A) os empreendimentos e atividades licenciados no nível de competência estadual devem ser licenciados também no nível federal;
- (B) compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de atividades localizadas ou desenvolvidas em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- (C) o licenciamento ambiental só poderá ser realizado no nível federal ou estadual, cabendo aos municípios apenas o acompanhamento do processo;
- (D) compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de bases ou empreendimentos militares desenvolvidos em mais de um Município;
- (E) o licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais brasileiros será realizado junto ao PNUMA/ONU.

**100**

O Decreto nº 44.755, de 2004, regulamenta disposições da Lei nº 13.614, de 2003, que estabelece as diretrizes para a utilização das vias públicas municipais de São Paulo.

Segundo esse instrumento legal, a via caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, é a via:

- (A) de trânsito rápido;
- (B) arterial;
- (C) coletora;
- (D) local;
- (E) de pedestres.



Realização

